



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000392-81.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara de Direito Bancário da comarca de Blumenau

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 10/2016

Período da correição: 25-4-2016 a 27-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessora Técnica: Karolina Oliveira Fontanela Coimbra



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Blumenau

Unidade: Vara de Direito Bancário

Municípios integrantes: Blumenau

Juiz titular: Cintia Gonçalves Costi

Chefe de cartório: Anita Portugal Stadnik Nunes

Última correição por equipe da CGJ/SC: 0011556-14.2014.8.24.0600

Competência: Res. 03/2014 - TJ - "[...] Art. 5º O inciso I do art. 2º da Resolução n. 14/2011-TJ, de 4 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º. I – processar e julgar as ações de Direito Bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911, de 1º de outubro de 1969) que envolvam as instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central do Brasil (arts. 17 e 18 da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e também as empresas de *factoring*, incluídas aquelas decorrentes de cessão civil de crédito contempladas neste inciso; [...]"

Entrância: Especial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	22.180
1.1.2	Processos em andamento	21.927
1.1.3	Procedimentos em andamento	253
1.1.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	7.783
1.2.2	Processos em andamento	7.579
1.2.3	Procedimentos em andamento	204
1.2.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	340	4.840	5.180
1.3.1.1	Observação			

a) Informações obtidas em 13-7-2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	4.374	365
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	3.685	307
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	1.666	333
1.4.4	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	3.421
	Cível – Genérico Processo	
1.5.1.1	Ag. Análise do Cartório	26
1.5.1.2	Ag. Designar Audiência	1
1.5.1.3	Ag. Encerramento do Ato	1.290
1.5.1.4	Ag. Prazo	3



1.5.1.5	Bacejud – Bloquear Valor	12	
1.5.1.6	Becenjud – Concluso Decisão	12	
1.5.1.7	Concluso - Urgente	1	
1.5.1.8	Concluso para Despacho Inicial	3	
1.5.1.9	Concluso 2	2	
1.5.1.10	Recebido Contadoria	135	
1.5.1.11	Recebido Distribuição	2	
1.5.1.12	Recebido do Juiz - Decisão	394	
1.5.1.13	Recebido do Juiz - Despacho	1.360	
1.5.1.14	Recebido do Juiz - Sentença	180	
1.5.2	Observações		
a) Informações obtidas em 13-7-2016			
b) Na data de 13-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:			
b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 286 processos na fila. O mais antigo data de 30-9-2015.			
b.2) Ag. Análise – Recursos: existe 1 processo na fila. O mais antigo data de 11-7-2016.			
b.3) Cumprir urgente: existem 6 processos na fila. O mais antigo data de 19-4-2016.			
b.4) Concluso urgente: existem 20 processos na fila. O mais antigo data de 28-1-2016.			
b.5) Recebido do Juiz. Recebido do Juiz – Despacho: existem 2.671 processos na fila. O mais antigo data de 5-10-2015. Recebido do Juiz – Decisão: existem 735 processos na fila. O mais antigo data de 5-10-2015. Recebido do Juiz – Sentença: existem 362 processos na fila. O mais antigo data de 9-9-2015.			
b.6) Escrivão: não há processos nessa fila			
b.7) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: não há processos com audiências já realizadas.			
b.8) Arquivado Definitivamente: verificou-se que nos processos [REDACTED], 0303276-11.2014.8.24.008 e 0300527122014.8.24.008 há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNGJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ), nos processos 0025113-79.2006.8.24.008 e 0311176-11.2015.8.24.008 há decisão determinando o arquivamento e não há certidão do art. 327 CNGJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).			
b.9) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0307304-85.2015.8.24.008, 03003082-11.2014.8.24.008, 0304571-83.2014.8.24.008, 0304601-21.2014.8.24.008 e 0304609-95.2014.8.24.008), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.			



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	6.999	7.656
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		31,79%	34,77%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl.11-12). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fls.57-58). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		4.350	2.934
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		32	8
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		2.385	3.047
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		2	2
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fls.20-52). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 13-7-2016 (fls.59-101). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		9.293	5.440
	Peticionamento eletrônico		161	92
	Mandados		28	21
	AR		150	144
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fl.13).				
b) Segunda verificação em 13-7-2016 (fl.102).				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	10	2
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fl.14).				
b) Segunda verificação em 13-7-2016 (fl.103).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	0	0	0	0
1.6.11.2	Distribuição	0	0	0	0
1.6.11.3	Ministério Público	0	0	0	0
a) Primeira verificação em 18-4-2016 (fl.15).					
b) Segunda verificação em 13-7-2016 (fl. 104).					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	6.214		5.233	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juíza Cíntia Gonçalves Costi	5.731	4.287	4.840	3.190
1.6.12.2	Contadoria	113	3	79	2
1.6.12.3	Distribuição	1	1	1	1
1.6.12.4	Ministério Público	0	0	0	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.7	Advogado	365	113	312	93
1.6.12.9	Perito	4	0	1	1
1.6.12.12	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl.16). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl.105). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	43	19	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	549	301	493	0
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	77	41	94	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	38	38	31	0
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	12	11	13	0
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	4.633	3.931	4.356	0
1.6.13.8	Cartório – arquivar	7	7	3	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	1	1	1	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	82	33	35	0
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	7	3	3	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	0	0	0	0
1.6.13.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	138	0
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	0	0
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	0	0	20	0
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	184	191	93	0
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	5	0	5	0
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	6	6	6	0
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	9	3	8	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	641	529	675	0
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	20	4	675	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	24	0	2	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	2.678	2.442	2.461	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	65	29	4.356	0
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.32	Observações				
	a) Primeira verificação em 18-4-2016. Escaninho do Juiz juntado às fls.18-19.				
	b) Segunda verificação em 13-7-2016. Escaninho do Juiz juntado à fl.106.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		Não se aplica	Não se aplica
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016.		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica	Não se aplica
		Definitivo	Não se aplica	Não se aplica	
1.7.9.1	Réu preso - total		Não se aplica	Não se aplica	
1.7.9.2	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016.			



1.7.10	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento.	Não se aplica	Não se aplica
1.7.11	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em situação de baixa.	Não se aplica	Não se aplica
1.7.12	Armas e munições cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento (Circular n.144/2015).	Não se aplica	Não se aplica
1.7.13	Observações		
	a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016.		



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Não se aplica	Não se aplica
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016				



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade. a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 20 de julho de 2016.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

Karolina Oliveira Fontanela Coimbra
Assessora Técnica - M23561